

**Gestão 2018-2020**

Procurador-Geral de Justiça  
**Paulo Cezar dos Passos**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional  
**Olavo Monteiro Mascarenhas**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Marcos Antonio Martins Sottoriva**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Antonio Siufi Neto**  
Ouvidor do Ministério Público  
**Silasneiton Gonçalves**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrainer</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: [caopjdcadh@mpms.mp.br](mailto:caopjdcadh@mpms.mp.br)

**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 415/2019-PGJ, DE 5.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder ao Procurador de Justiça Mauri Valentim Riciotti 15 (quinze) dias de férias remanescentes, sendo 13 (treze) dias referentes ao período aquisitivo 2015/2016 e 2 (dois) dias referentes ao período aquisitivo 2017/2018, a serem usufruídos no período de 6 a 20.2.2019, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 416/2019-PGJ, DE 5.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder à Promotora de Justiça Fabrícia Barbosa Lima 16 (dezesesseis) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 15.1.2019, nos termos do artigo 139, inciso II, e do artigo 150, parágrafo único, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 409/2019-PGJ, DE 5.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor Roni Berto Medina Espindola, ocupante do cargo em comissão de Assessor em Ciência da Terra, símbolo MPAS-203, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, executar o Projeto QuaPivara.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 411/2019-PGJ, DE 5.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Declarar estabilidade, a partir de 7.1.2019, à servidora Andréia Fernandes Francischini, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, nos termos do artigo 8º da Lei Estadual nº 4.134, de 6.12.2011, e artigo 11 da Resolução nº 019/2013-PGJ, de 31.10.2013 (Processo PGJ/10/1576/2014).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 412/2019-PGJ, DE 5.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Conceder a progressão funcional à servidora Andréia Fernandes Francischini, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, a partir de 7.1.2019, para a Classe C, Padrão 2, nos termos do artigo 8º, § 3º, da Lei Estadual nº 4.134, de 6.12.2011, e artigo 13 da Resolução nº 019/2013-PGJ, de 31.10.2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 410/2019-PGJ, DE 5.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XI do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Exonerar, a pedido, a partir de 5.2.2019, do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o servidor João Gustavo Tabarelli Batista, nos termos do inciso I do artigo 56 da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PORTARIA Nº 413/2019-PGJ, DE 5.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Revogar a partir de 5.2.2019, a Portaria nº 066/2018-PGJ, de 10.1.2018, que autorizou a cedência do então servidor João Gustavo Tabarelli Batista, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, área de atividade Administrativa, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, ao Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, e tornar sem efeito a Portaria nº 4340/2018-PGJ, de 17.12.2018.

PAULO CEZAR DOS PASSOS  
Procurador-Geral de Justiça

**PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA****PORTARIA Nº 403/2019-PGJ, DE 4.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Diego Servullo da Silva Maluf Ferreira, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 17.1.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA N° 406/2019-PGJ, DE 5.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Gustavo Rocha Lobato, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 10 (dez) dias de licença para tratamento de saúde, a partir de 2.1.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA N° 407/2019-PGJ, DE 5.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Gustavo Rocha Lobato, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 8 (oito) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 15 a 22.1.2019, em prorrogação, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009, e, ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**PORTARIA N° 414/2019-PGJ, DE 5.2.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Designar o servidor João Antonio Billó, ocupante do cargo em comissão de Chefe do Setor de Apoio Direto ao Procurador-Geral de Justiça, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, responder pelo Departamento de Apoio Administrativo da Secretaria de Gabinete do Procurador-Geral de Justiça, nos períodos de 27.2 a 1º.3 e 18 a 27.3.2019, em razão de férias, e nos dias 7 e 8.3.2019, em razão de licença compensatória referente ao feriado forense da titular, Rachel Barbosa Poltronieri Florence.

HELTON FONSECA BERNARDES

Procurador-Geral Adjunto de Justiça

## ESCOLA SUPERIOR

## AVISO Nº 02/2019-ESMP-MS

A Escola Superior do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, ESMP, comunica que, referente ao Aviso nº 01/2018 - ESMP-MS, publicado no DOMP nº 1898, de 29 de janeiro de 2019, que trata do preenchimento de vagas para participação no evento *Quinta Escuela Alemana de Ciencias Criminales y Dogmática Penal alemana*, a ser realizado em Göttingen, na Alemanha, no período de 30/9 a 11/10/2019, sem ônus para a Administração Superior, foi realizado sorteio dos inscritos na data de 5/2/2019, na presença da Diretora da ESMP, bem como do Procurador de Justiça do MPMG Jarbas Soares Júnior, ex-Conselheiro Nacional do Ministério Público, do Promotor de Justiça do MPSE Rafael Schwez Kurkowski e do Promotor de Justiça do MPRN José Augusto de Souza Peres Filho, membros auxiliares da Corregedoria Nacional do Ministério Público. O sorteio contemplou a seguinte ordem de preferência no preenchimento das vagas: 1ª - Jaceguara Dantas da Silva, 2ª - Claudia Loureiro Ocariz Almirão, 3ª - Paula da Silva Volpe, 4ª - Mariana Sleiman Gomes, 5ª - Mateus Sleiman Castriani Quirino. Eventual vaga remanescente contará com a seguinte ordem de lista se espera: Anthony Allison Brandão Santos, Antonio André David Medeiros e Felipe Almeida Marques.

Campo Grande/MS, 6 de fevereiro de 2019.

JACEGUARA DANTAS DA SILVA  
Diretora-Geral da ESMP-MS

## SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 11/PGJ/2018 – PUBLICADA NO DOMP-MS Nº1.837, DE 15 DE OUTUBRO DE 2018 (PÁGINA 13) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 36/PGJ/2018-SRP**

**DO OBJETO:** Registro de Preços unitários para eventual aquisição de painel de vidro temperado incolor, adesivado, para a fixação de avisos e/ou divulgação de campanhas e eventos nas sedes do Ministério Público Estadual.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS	UNID.	PREVISÃO DE CONSUMO (anual)	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	Painel de vidro temperado incolor, com 8mm de espessura, largura de 1,10m e altura de 1,30m. 4 (quatro) espaçadores metálicos cromados, com diâmetro de 2,5cm e prolongador com 2 cm, sendo instalados 2 (dois) espaçadores na borda superior e 2 (dois) espaçadores na borda inferior. O painel deverá ser adesivado com adesivo fosco, fundo branco e logomarca do MPMS nas cores preto, azul e verde. Dimensões: 1,10m de largura e 0,10m de altura, conforme imagem ilustrativa (Anexo I). <u>OBS.:</u> Juntamente com o painel, deverá ser fornecido o kit para instalação, incluindo parafusos e buchas. Marca: Hbt.	Unidade	50	427,00

VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 05 de outubro de 2018.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE000483 DE 04.02.2019 DO PROCESSO PGJ/10/0429/2019.**

Credor: MARCIA CRISTINA MACIEL DA SILVA - ME.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 41/PGJ/2018 – Ata de Registro de Preço 14/PGJ/2018.**

Objeto: Aquisição de TV LED com conversor digital embutido; tamanho de tela de no mínimo 50 polegadas; tecnologia LED; formato de tela widescreen (16:9); conversor de TV digital integrado; contraste de no mínimo 1.000.000:1 ou superior; função closed caption; resolução mínima de 1920x1080 (Full HD: 1080p); Suporte/base para mesa; sinais de vídeo de TV analógica e TV digital. Deverá possuir no mínimo as seguintes entradas: 02 HDMI, 01 Áudio/Vídeo Composto, 01 USB e 01 para conexão da antena/cabo; alto falante; sistema de cor PAL, NTSC ou superior; possibilidade de ajuste no formato de tela; alimentação bivolt. Idioma dos menus em português. Deve acompanhar controle remoto, cabo de alimentação e demais acessórios para seu perfeito funcionamento. Garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação. Marca/Modelo: Philco PTV50E60SN, (item 17).

Valor: R\$ 5.170,00 (cinco mil, cento e setenta reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2018NE000483 de 04.02.2019.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE000491 DE 04.02.2019 DO PROCESSO PGJ/10/0499/2019.**

Credor: EFICAZ LOGÍSTICA COMÉRCIO DE PRODUTOS DE LIMPEZA E DESCARTÁVEIS EIRELI - ME.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 2/PGJ/2018 - Ata Registro de Preços nº 2/PGJ/2018.**

Objeto: Aquisição de café torrado e moído, aspecto de pó fino, embalado a vácuo, embalagem com 500g, especificação dos ingredientes e informações do fabricante, validade mínima de 6 (seis) meses. Marca: Caboclo Tradicional, (item 3).

Valor total: R\$ 6.832,00 (seis mil, oitocentos e trinta e dois reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000491 de 04.02.2019.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

**Extrato da Carta-Contrato nº 21/PGJ/2019**

Processo: PGJ/10/0085/2019.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**.

2- **ROBSON FERREIRA LEITE 97646750182 - ME**, representada por **Robson Ferreira Leite**.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Prestação de serviço de jardinagem no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Dourados/MS, a ser executado mensalmente, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 500,00 (quinhentos reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000155, de 11.01.2019.

Vigência: 17.01.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 17 de janeiro de 2019

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 027/PGJ/2019.**

Processo: PGJ/10/0074/2019.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL** representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**.

2- **MARIA DE JESUS CONDE 84358254187-ME**, representada por **Maria de Jesus Conde**.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Resolução nº 024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Fornecimento de água mineral (galão de 20L) recarga no valor unitário de R\$ 14,00 (quatorze reais), para atender ao edifício-sede da Promotoria de Justiça da Comarca de São Gabriel do Oeste/MS, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 168,00 (cento e sessenta e oito reais), nos termos da Nota de Empenho 2019NE000125, de 10.01.2019.

Vigência: 18.01.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 18 de janeiro de 2019.

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 34/PGJ/2019**

Processo: PGJ/10/0076/2019.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**.

2- **OVIDIO DARCI MULLER - EPP**, representada por **Ovidio Darci Muller**.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Fornecimento de gás (botijão de gás – GLP, 13 kg), recarga no valor unitário de R\$ 75,00 (setenta e cinco reais), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de São Gabriel do Oeste/MS, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 75,00 (setenta e cinco reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000157, de 11.01.2019.

Vigência: 18.01.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 18 de janeiro de 2019

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 40/PGJ/2019**

Processo: PGJ/10/0214/2019.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**.

2- **ENAN – COMERIO DE GÁS LTDA**, representada por **Elena Mizushima Kuramoto**.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Fornecimento de gás (botijão de gás – GLP, 13 kg), recarga no valor unitário de R\$95,00 (noventa e cinco reais), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Maracaju/MS, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$95,00 (noventa e cinco reais), nos termos da Nota de Empenho 2019NE000221, de 17.01.2019.

Vigência: 22.01.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 22 de janeiro de 2019

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 41/PGJ/2019**

Processo: PGJ/10/0267/2019.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**.

2- **TERRA PAISAGISMO E FLORICULTURA LTDA-ME**, representada por **Rosana Pires Nunes** e por **Carlos Henrique da Silva Valini**.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Prestação de serviço de jardinagem no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Bonito/MS, a ser executado mensalmente, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 450,00 (quatrocentos e cinquenta reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE000258, de 21.01.2019.

Vigência: 24.01.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 24 de janeiro de 2019.

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 043/PGJ/2019.**

Processo: PGJ/10/0289/2019.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL** representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**.

2- **GMAIS COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA**, representada por **Genilson Peres Sanches**.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Resolução nº 024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Fornecimento de gás engarrafado (botijão de gás – GLP, 13 Kg) recarga no valor unitário de R\$ 80,00 (oitenta reais), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Bonito – MS.

Valor estimado mensal: R\$ 80,00 (oitenta reais), nos termos da Nota de Empenho 2019NE000271, de 21.01.2019.

Vigência: 24.01.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 24 de janeiro de 2019.

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 44/PGJ/2019**

Processo: PGJ/10/0294/2019.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**.

2- **J E MACHADO COMÉRCIO DE GÁS-EPP**, representada por **Josemar Evangelista Machado**.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Resolução nº 0024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Fornecimento de gás (botijão de gás – GLP, 13 kg), recarga no valor unitário de R\$ 63,00 (sessenta e três reais), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Dourados/MS, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 189,00 (cento e oitenta e nove reais), nos termos da Nota de Empenho 2019NE000272, de 21.01.2019.

Vigência: 24.01.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 24 de janeiro de 2019

**EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 046/PGJ/2019.**

Processo: PGJ/10/0288/2019.

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL** representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**.

2- **GMAIS COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA**, representada por **Genilson Peres Sanches**.

Amparo legal: artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e Resolução nº 024/2017-PGJ, de 16 de outubro de 2017.

Objeto: Fornecimento de água mineral (galão 20L), recarga no valor unitário de R\$ 9,50 (nove reais e cinquenta centavos), para atender as necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Bonito/MS, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 285,00 (duzentos e oitenta e cinco reais), nos termos da Nota de Empenho 2019NE000270, de 21.01.2019.

Vigência: 24.01.2019 a 31.12.2019.

Data de assinatura: 24 de janeiro de 2019.



**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL N. 0002/2019/32PJ/CGR**

A 32.<sup>a</sup> Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar, na Rua da Paz, n. 134, Jardim dos Estados.

Inquérito Civil 06.2019.00000065-2

Requerente: Conselho Regional de Nutricionistas 3<sup>a</sup> Região – CRN-3.

Requerido: Hospital Regional de Mato Grosso do Sul.

Assunto: Apurar as irregularidades nos setores Unidade de Alimentação e Nutrição, Lactário e Banco de Leite Humano do Hospital Regional de Mato Grosso do Sul, verificadas em fiscalização do Conselho Regional de Nutricionistas da 3<sup>a</sup> Região - CRN-3 e constatadas em inspeção pela Vigilância Sanitária Estadual (Relatório Técnico de Inspeção n. 154/2018).

Campo Grande, MS, 05 de fevereiro de 2019.

FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN

32.<sup>a</sup> Promotora de Justiça da Saúde Pública

**EDITAL N. 0003/2019/32PJ/CGR**

A 32.<sup>a</sup> Promotoria de Justiça de Saúde Pública da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar, na Rua da Paz, n. 134, Jardim dos Estados.

Inquérito Civil 06.2019.00000225-0

Requerente: 32.<sup>a</sup> Promotoria de Justiça da Saúde Pública.

Requeridos: Secretaria Municipal de Saúde de Campo Grande.

Assunto: Apurar a falta/insuficiência de médico para compor a equipe da Unidade Básica de Saúde da Família/UBSF Indubrasil.

Campo Grande, MS, 06 de fevereiro de 2019.

FILOMENA APARECIDA DEPÓLITO FLUMINHAN

32.<sup>a</sup> Promotora de Justiça da Saúde Pública

**EDITAL N° 0003/2019/29PJ/CGR**

A 29<sup>a</sup> Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil, que se encontra à disposição na Av. Ricardo Brandão, nº 232 - Itanhangá Park.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002234-2

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no procedimento administrativo de licitação da Prefeitura Municipal de Campo Grande, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, sob o n. 39/2018 e processo administrativo n. 20.206/2018-68.

Campo Grande/MS, 05 de fevereiro de 2019.

ADRIANO LOBO VIANA DE RESENDE

Promotor de Justiça.

**EDITAL Nº 0004/2019/29PJ/CGR**

A 29ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a conversão de Procedimento Preparatório em Inquérito Civil, que se encontra à disposição na Av. Ricardo Brandão, nº 232 - Itanhangá Park.

Inquérito Civil nº 06.2018.00002361-9

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventuais irregularidades na contratação da empresa Via Verde Eventos, Comércio e Serviços Ltda - EPP para o fornecimento de tênis para os alunos da Rede Municipal de Ensino.

Campo Grande/MS, 05 de fevereiro de 2019.

ADRIANO LOBO VIANA DE RESENDE

Promotor de Justiça.

**EDITAL Nº 0011/2019/31PJ/CGR**

A 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Procedimento Preparatório que se encontra à disposição na Avenida Ricardo Brandão, nº 232 - Chácara Cachoeira.

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002522-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: D. de J. S.

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa de D. de J. e S. decorrente do recebimento de proventos como assessora parlamentar na Assembleia Legislativa sem comparecimento ao trabalho.

Campo Grande/MS, 28 de janeiro de 2019.

HUMBERTO LAPA FERRI

Promotor de Justiça.

**EDITAL Nº 0012/2019/31PJ/CGR**

A 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Procedimento Preparatório que se encontra à disposição na Avenida Ricardo Brandão, nº 232 - Chácara Cachoeira.

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002524-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: O. C.

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa de O.C. decorrente do recebimento de proventos como assessor parlamentar na Assembleia Legislativa sem comparecimento ao trabalho.

Campo Grande/MS, 28 de janeiro de 2019.

HUMBERTO LAPA FERRI

Promotor de Justiça.

**EDITAL Nº 0013/2019/31PJ/CGR**

A 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Procedimento Preparatório que se encontra à disposição na Avenida Ricardo Brandão, nº 232 - Chácara Cachoeira.

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002525-0

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: M. M. P.

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa de M. M. P. decorrente do recebimento de proventos como assessora parlamentar na Assembleia Legislativa sem cumprir integralmente sua jornada de trabalho.

Campo Grande/MS, 28 de janeiro de 2019.

HUMBERTO LAPA FERRI

Promotor de Justiça.

**EDITAL Nº 0014/2019/31PJ/CGR**

A 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Procedimento Preparatório que se encontra à disposição na Avenida Ricardo Brandão, nº 232 - Chácara Cachoeira.

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002526-1

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: L.B.H.

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa de L. B. H. decorrente do recebimento de proventos como assessor parlamentar na Assembleia Legislativa sem cumprir integralmente sua jornada de trabalho.

Campo Grande/MS, 28 de janeiro de 2019.

HUMBERTO LAPA FERRI

Promotor de Justiça.

**EDITAL Nº 0015/2019/31PJ/CGR**

A 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Procedimento Preparatório que se encontra à disposição na Avenida Ricardo Brandão, nº 232 - Chácara Cachoeira.

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002527-2

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: R. A. B.

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa de R. A. B. decorrente do recebimento de proventos como assessora parlamentar na Assembleia Legislativa sem cumprir integralmente sua jornada de trabalho.

Campo Grande/MS, 28 de janeiro de 2019.

HUMBERTO LAPA FERRI

Promotor de Justiça.

**EDITAL Nº 0016/2019/31PJ/CGR**

A 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Procedimento Preparatório que se encontra à disposição na Avenida Ricardo Brandão, nº 232 - Chácara Cachoeira.

Procedimento Preparatório nº 06.2018.00002528-3

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: C.L.G

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa de C. L. G. decorrente do recebimento de proventos como assessor parlamentar na Assembleia Legislativa sem exercer qualquer atividade, sendo "funcionário fantasma".

Campo Grande/MS, 28 de janeiro de 2019.

HUMBERTO LAPA FERRI

Promotor de Justiça.

**EDITAL Nº 0017/2019/31PJ/CGR**

A 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, em conversão do Inquérito Civil 35/2013 para o formato digital, que se encontra à disposição na Avenida Ricardo Brandão, nº 232 - Chácara Cachoeira.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000030-8

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual irregularidade no superfaturamento de medicamentos praticado, em tese, pela Prefeitura Municipal de Campo Grande e a Secretaria Municipal de Saúde, ocorrida no ano de 2012.

Campo Grande/MS, 29 de janeiro de 2019.

HUMBERTO LAPA FERRI

Promotor de Justiça.

**EDITAL Nº 0018/2019/31PJ/CGR**

A 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, em conversão do Inquérito Civil 60/2011 para o formato digital, que se encontra à disposição na Avenida Ricardo Brandão, nº 232 - Chácara Cachoeira.

Inquérito Civil nº 06.2018.00003450-5

Requerente: Associação de Defesa ao Direito do Cidadão à Verdade "Brasil Verde"

Requerido: Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Mato Grosso do Sul

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa na Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Mato Grosso do Sul.

Campo Grande/MS, 29 de janeiro de 2019.

HUMBERTO LAPA FERRI

Promotor de Justiça.

**EDITAL Nº 0019/2019/31PJ/CGR**

A 31ª Promotoria de Justiça do Patrimônio Público e Social da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Inquérito Civil, em conversão do Inquérito Civil 43/2014 para o formato digital, que se encontra à disposição na Avenida Ricardo Brandão, nº 232 - Chácara Cachoeira.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000027-4

Requerente: Denúncia Anônima

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa no suposto desvio de objeto do contrato nº 320/2012 realizado entre a Prefeitura Municipal de Campo Grande, com a intervenção da SESAU, e a empresa HBR Medical.

Campo Grande/MS, 29 de janeiro de 2019.

HUMBERTO LAPA FERRI

Promotor de Justiça.

**EDITAL Nº 0003/2019/49PJ/CGR**

A 49ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração do Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000244-0, que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, nº 180 – Chácara Cachoeira. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço:

<http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>

Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000244-0.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Associação Beneficente de Campo Grande/MS

Assunto: Apurar, em tese, irregularidades na contratação de fornecimento de produtos hospitalares, realizada pela Associação Beneficente de Campo Grande/MS.

Campo Grande/MS, 04 de fevereiro de 2019.

GEVAIR FERREIRA LIMA JR.

Promotor de Justiça

---

**DOURADOS**

---

**EDITAL 0004/2019/10PJ/DOS**

A 10ª Promotoria de Justiça de Dourados torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto nº 400, Bairro Santo Antônio, Dourados/MS. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000200-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requeridos: Município de Dourados

Assunto: Averiguar as condições de segurança no Estádio Fredis Saldivar – “Douradão”, localizado na cidade de Dourados/MS.

Dourados, 04 de fevereiro de 2019.

AMÍLCAR ARAÚJO CARNEIRO JÚNIOR

Promotor de Justiça em Substituição Legal

---

**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA**

---

---

**APARECIDA DO TABOADO**

---

**EDITAL Nº 001/1ªPJ/2019**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Aparecida do Taboado/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Avenida dos Estudantes, nº.3120, Residencial Primavera, Aparecida do Taboado/MS.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000250-6

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: SIGILOSO

Assunto: SIGILOSO.

Aparecida do Taboado/MS, 06 de fevereiro de 2019.

OSCAR DE ALMEIDA BESSA FILHO

Promotor de Justiça

---

**ITAPORÃ**

---

**EDITAL N. 02/2019/PJ-ITP**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Itaporã/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Avenida Stefano Gonela, n. 62, Centro.

Inquérito Civil n. 06.2019.00000178-4

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Câmara Municipal de Itaporã

Assunto: Apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa decorrente da contratação, pela Câmara Municipal Itaporanense, de assessoria contábil por meio de procedimento licitatório, ao invés de concurso público, na forma do art. 37, II, da Constituição Federal.

RADAMÉS DE ALMEIDA DOMINGOS

Promotor de Justiça.

---

**IVINHEMA**

---

**EDITAL N.: 0001/2019/02PJ/IVH**

A 2ª Promotoria de Justiça de Ivinhema/MS, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório n. 06.2019.00000233-9, mediante conversão da Notícia de Fato n. 01.2018.00011111-0, que está à disposição de quem possa interessar na Praça Dos Poderes, 900, Ivinhema/MS – CEP 79740-000, Fone: (67) 3442-1590, ou através do endereço na internet <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Preparatório n. 06.2019.00000233-9

Requerente: Dejáir Luiz Bonete Forte

Requerido: A apurar

Objeto: Apurar possível ocorrência de voçoroca na propriedade localizada na Linha Guadalupe, coordenada 22°42.383'S53°48.057'W, no Município de Novo Horizonte do Sul,

Ivinhema/MS, 05 de fevereiro de 2019.

JULIANA MARTINS ZAUPA

Promotora de Justiça

---

**RIO BRILHANTE**

---

**INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2018.00000077-0****RECOMENDAÇÃO ADMINISTRATIVA:**

O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL DE MATO GROSSO DO SUL, representado pela 2ª Promotoria de Justiça de Rio Brilhante/MS, por meio de sua Promotora de Justiça infra-assinada, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 127 da Constituição Federal, artigo 27, parágrafo único, IV, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público (Lei nº 8.625/1993), artigo 29, IV, da Lei Orgânica Estadual do Ministério Público Estadual (Lei Complementar nº72/1994) e artigo 44 da Resolução PGJ nº015/2007, e;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal em seu artigo 127, *caput*, prevê que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que é função institucional do Ministério Público zelar pelo efetivo respeito dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados pela Constituição Federal, promovendo as medidas necessárias à sua garantia (artigo 129, II, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que a Recomendação é instrumento destinado à orientação de órgãos públicos ou privados, para que sejam cumpridas normas relativas a direitos e deveres assegurados ou decorrentes das Constituições Federal e Estadual e serviços de relevância pública e social (artigo 5º, da Resolução PGJ nº015/2007);

CONSIDERANDO que a Constituição Federal em seu artigo 37 prevê que todos os órgãos da Administração Pública se encontram submetidos à plena observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (artigo 37, *caput*, da Constituição Federal);

CONSIDERANDO que o artigo 37, I, da Constituição Federal, prevê que os cargos, empregos e funções públicas são acessíveis aos brasileiros que preencham os requisitos estabelecidos em lei, sendo que o §2º do mesmo artigo traz como consequência da não observância desses requisitos a nulidade do ato e a punição da autoridade responsável e que a o artigo 6º, §1º, da Lei nº 8.987/95, define o serviço adequado aquele que satisfaça as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança e outros e que o artigo 7º desta mesma lei, assegura ser direito do usuário do serviço, receber serviço adequado;

CONSIDERANDO que a Lei nº 7498/86, em seu artigo 7º, I, define Técnico de Enfermagem como “o titular do diploma ou do certificado de Técnico de Enfermagem, expedido de acordo com a legislação e registrado pelo órgão competente” e que Lei Municipal nº 1.484/2007, anexo II, Classe 4º, prevê que o ocupante de cargo de Auxiliar de Enfermagem I, deve ter concluído o ensino médio, bem como que lhe é exigida a formação técnica específica.

CONSIDERANDO que constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente praticar ato visando fim proibido em lei ou em regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência (artigo 11, inciso I, da Lei nº 8.429/1992), bem como que o Código Penal, considera crime a conduta de falsificação e uso de documento falso, ou ainda a inserção de informação falsa em documento público ou particular a fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante (artigos 297, 299 e 304);

CONSIDERANDO que foi instaurado na 2ª Promotoria de Justiça de Rio Brilhante/MS o Inquérito Civil nº 06.2018.00000077-0 com o objetivo de apurar eventual prática de ato de improbidade administrativa consistente na apresentação por parte do servidor público Geziel da Silva Marques de diploma, em tese, falso, bem como de exercício ilegal de profissão;

CONSIDERANDO que, durante a tramitação do Inquérito foram realizadas diligências para verificar a veracidade e legitimidade dos diplomas de formação como Técnico de Enfermagem, bem como de conclusão do ensino médio, apresentados por Gesiel, sendo enviados ofícios às instituições de ensino que supostamente teriam expedido os certificados, quais sejam, Colégio Estadual Aeroporto, no município de Uruaçu/GO e à Escola Estadual “Dr. Antônio

Ribeiro”, no município Guarda-mor, requerendo que enviassem documentação original que comprovasse as formações do requerido, contudo, ambas responderam não existir nenhum registro ou histórico escolar nas entidades educacionais em nome de Geziel, mencionando serem os diplomas seriam falsos.

CONSIDERANDO que, inclusive, o Colégio Estadual Aeroporto afirmou que teria havido falsificação grosseira, enviando a lista dos alunos que se formaram no período que Gesiel alega ter cursado (1.994/1.997). Por sua vez, a Escola Estadual Dr. Antônio Ribeiro também enviou documentação comprovando a impossibilidade de os supostos assinantes do diploma de conclusão do ensino médio terem efetivamente assinado, sendo um deles já falecido antes da data de expedição do diploma;

CONSIDERANDO que, em que pese essa Administração tenha instaurado o competente Processo Administrativo Disciplinar e, decido, no bojo do mesmo, pela demissão do servidor, com fulcro no artigo 153, III, da Lei Municipal 1.047/1997, por haver infringido o artigo 158, I, da mesma lei, a decisão foi objeto de Mandado de Segurança em cuja ação, após a MM. Juíza indeferir liminar para reintegração ao cargo, houve interposição de Agravo de Instrumento junto ao Egrégio Tribunal de Justiça, cuja Corte deu provimento ao pedido e determinou a reintegração;

CONSIDERANDO que, apesar das várias teses defensivas arguidas pelo requerido, como a teoria do fato consumado, prescrição e decadência, cerceamento de defesa, o Acórdão concluiu que está ausente o requisito de validade indispensável para nomeação do cargo, aduzindo que a decisão exarada na Sindicância é nula uma vez que o caso exigia providência de exoneração e não de demissão, além de considerar que teria ocorrido cerceamento de defesa, cuja ementa foi assim elaborada:

“EMENTA – AGRAVO DE INSTRUMENTO – MANDADO DE SEGURANÇA – LIMINAR INDEFERIDA – EXONERAÇÃO DECORRENTE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR – AGRAVANTE QUE NÃO PREENCHEU O REQUISITO DE VALIDADE PARA INGRESSO NO CARGO PÚBLICO – DIPLOMA DE CONCLUSÃO DE CURSO FALSIFICADO – AUSÊNCIA DE ELEMENTOS SUBSTANCIAIS A COMPROVAR A FALSIDADE – NULIDADE QUE NÃO É CONFIRMADA E NEM CONVALECE NO TEMPO – RECURSO PROVIDO.

1 – Se o desligamento do servidor público ocorreu em decorrência da constatação via Processo Administrativo Disciplinar de que o diploma de conclusão do ensino médio apresentado na época da posse é falso, não pode ser caracterizado como demissão em razão da ausência de caráter punitivo da medida, mas de exoneração.

2 – Ausente requisito de validade indispensável para a nomeação do cargo, mesmo identificado após o estágio probatório, resta configurada a nulidade absoluta do ato administrativo que nomeou o agravante, tratando-se de vício que não se confirma e nem convalesce com o tempo, não há que se perquirir acerca da ocorrência da decadência.

3 – A ausência de elementos substanciais a comprovar a falsidade do documento impede a conclusão que resultou na “demissão” do servidor estável, mormente quando pendente de conclusão o inquérito civil instaurado pelo Ministério Público Estadual para apurar o mesmo fato, instrumento imprescindível para corroborar com o parecer da Comissão Sindicante do PAD, motivo pelo qual é justo e razoável a concessão da tutela para afastar os efeitos do ato administrativo que culminou com seu desligamento do serviço público.

4 – Recurso provido.”

CONSIDERANDO que, quanto ao item 3 da decisão colacionada, este órgão ministerial, através de intimação pessoal, em duas ocasiões, uma delas após a referida decisão, solicitou que o servidor apresentasse as vias originais dos certificados de conclusão do ensino médio e do curso de técnico em enfermagem, sendo que, na primeira oportunidade, o mesmo limitou-se a trazer uma cópia autenticada e, na segunda, deixou o prazo transcorrer *in abitis*;

CONSIDERANDO que, não obstante, diante da versão apresentada pelo requerido de que concluiu o ensino à distância e da existência da pessoa de Umbelino França, suposto responsável por sua inscrição no Colégio Aeroporto, novamente foi expedido ofício para a mencionado instituição, e em resposta, novamente, constatou-se ser inverídica;

CONSIDERANDO que as diligências que eram possíveis realizar no bojo do Inquérito Civil já foram concluídas e, diante dos fundamentos da decisão proferida pelo Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul apontando nulidades no Procedimento Administrativo Disciplinar, tanto no tocante ao cerceamento de defesa por ocasião da não realização da perícia, quanto pela medida de demissão ter sido equivocada, pois seria caso de exoneração;

CONSIDERANDO que a Súmula 473 do STF assegura que administração pública pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornem ilegais, e, no mesmo sentido, assegura o artigo 53, da Lei nº 9784/99, ambos dispondo os termos do princípio da autotutela, bem como que o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, em seu



artigo 200, tal qual a Lei nº 8.112/90, dispõe que “*O processo disciplinar poderá ser revisto, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando se aduzirem fatos novos ou circunstâncias suscetíveis de justificar a inocência do punido ou a inadequação da pena aplicada.*”

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, no artigo 5º, LV, submete também os processos administrativos aos princípios do contraditório e da ampla defesa, com os meios e recursos a eles inerentes; que o artigos 38, da Lei nº 9.784/99 prevê que o interessado poderá, na fase instrutória e antes da tomada da decisão, juntar documentos e pareceres, requerer diligências e perícias, bem como aduzir alegações referentes à matéria objeto do processo, bem como o teor do § 2º, de que as provas requeridas somente poderão ser recusadas, mediante decisão fundamentada, as provas propostas pelos interessados quando sejam ilícitas, impertinentes, desnecessárias ou protelatórias; e, que o artigo 39, da mesma lei, preceitua que, quando for necessária a prestação de informações ou a apresentação de provas pelos interessados ou terceiros, serão expedidas intimações para esse fim, mencionando-se data, prazo, forma e condições de atendimento;

CONSIDERANDO que o Estatuto dos Servidores Municipais nº 1.047/97 preveem que “Na fase instrutória, a comissão promoverá a tomada de depoimentos, acareações, investigações e diligências cabíveis, objetivando a coleta de prova, recorrendo, quando necessário, a técnicos e peritos de modo a permitir a completa elucidação dos fatos”, e, ainda, que o processo administrativo disciplinar será contraditório, assegurada ao acusado ampla defesa, com a utilização dos meios e recursos admitidos em direito;

CONSIDERANDO a necessidade de colocar fim à ilegalidade, adequando a conduta da Administração Pública aos ditames constitucionais e legais;

RESOLVE, em defesa da probidade administrativa, e, em observância aos princípios da legalidade, moralidade, eficiência, finalidade, segurança jurídica e interesse público, notadamente ao cumprimento do artigo 37, II, §2º, da Constituição Federal, artigo 7º, I, Lei nº 7498/86, Lei Municipal nº 1.484/2007, anexo II, Classe 4º, artigos 6º, §1º e 7º, I, da Lei 8987/1995, artigo 11, inciso I, da Lei n.º 8.429/1992;

RECOMENDAR ao MUNICÍPIO DE RIO BRILHANTE/MS, na pessoa do Prefeito Municipal, Senhor DONATO LOPES DA SILVA, para que efetue a revisão do Procedimento Administrativo Disciplinar instaurado em face de Geziel da Silva Marques, para o fim de reconhecer a nulidade da decisão ali exarada e, nos termos do Acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, tome as seguintes medidas:

a) reabrir o contraditório, para, dentre outras providências que entender cabíveis no tocante à instrução probatória, intimar o sindicato para apresentar os documentos originais dos diplomas objetos das ilegalidades, e, após, encaminhá-los para a devida perícia;

b) No caso da perícia confirmar a falsidade, ou, mesmo no caso de eventual não apresentação dos documentos originais, se confirmada por outros meios de prova a ilegalidade, profira decisão na forma da fundamentação indicada no citado acórdão, qual seja, pela exoneração de Gesiel da Silva Marques;

Concedo o prazo de 20 (vinte) dias úteis para que o Município de Rio Brilhante/MS, por intermédio do Prefeito Municipal, informe por escrito a esta Promotoria de Justiça sobre o acatamento ou não da presente recomendação, bem como eventuais medidas adotadas.

O descumprimento desta recomendação ensejará a interposição das medidas judiciais cabíveis.

Encaminhe-se o teor deste expediente ao Exmo. Prefeito Municipal, Donato Lopes da Silva, bem como ao Centro Operacional do Patrimônio Público e Social, e ao Setor de Publicações do DOMPMS para conhecimento e divulgação.

Decorrido o prazo sem resposta, certifique-se, fazendo os autos conclusos imediatamente.

Cumpra-se.

Rio Brilhante – MS, 05 de fevereiro de 2019.

ROSALINA CRUZ CAVAGNOLLI  
Promotora de Justiça

---

**COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA**

---

---

**ANGÉLICA**

---

**EDITAL Nº 001/2019/PJ/AIC**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Angélica/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua Stefan Dudas, 565, Bairro Industrial, Angélica/MS, CEP 79.785.000, e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço <http://consultaprocedimento.mpms.br>

Inquérito Civil nº 06.2018.00003173-0

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: a apurar

Assunto: Apurar eventual ocorrência de dano ambiental, provocado por erosão localizada na Olaria São João, nas proximidades do Córrego São João, de propriedade de "Irani", no Município de Angélica/MS.

Angélica/MS, 17 de janeiro de 2019

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 002/2019/PJ/AIC**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Angélica/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua Stefan Dudas, 565, Bairro Industrial, Angélica/MS, CEP 79.785.000, e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço <http://consultaprocedimento.mpms.br>

Inquérito Civil nº 06.2018.00003172-0

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: Município de Angélica e Câmara Municipal de Angélica/MS

Assunto: Apurar eventual omissão da Prefeitura e da Câmara Municipal de Angélica no exercício de suas funções institucionais relativas à gestão, ao controle e à fiscalização da ocupação e da conservação das estradas vicinais e das faixas de domínio das estradas vicinais do Município de Angélica/MS.

Angélica/MS, 17 de janeiro de 2019.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 003/2019/PJ/AIC**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Angélica/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua Stefan Dudas, 565, Bairro Industrial, Angélica/MS, CEP 79.785.000, e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço <http://consultaprocedimento.mpms.br>

Inquérito Civil nº 06.2018.00003072-0

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: A apurar

Assunto: Apurar eventual dano ambiental decorrente de erosão em estrada vicinal e outros corpos hídricos, localizada nas proximidades da Fazenda Figueira, Município de Angélica/MS.

Angélica/MS, 31 de janeiro de 2019

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 004/2019/PJ/AIC**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Angélica/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil abaixo especificado, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Rua Stefan Dudas, 565, Bairro Industrial, Angélica/MS, CEP 79.785.000, e no sítio eletrônico do Ministério Público Estadual, endereço <http://consultaprocedimento.mpms.br>

Inquérito Civil nº 06.2018.00003109-6

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requerido: Município de Angélica/MS

Assunto: Apurar eventual irregularidade na conservação dos bens públicos do Município de Angélica/MS – migrado da CIC – Inquérito Civil n. 004/PJA/2016 para o SAJMP.

Angélica/MS, 31 de janeiro de 2019.

ANTHONY ÁLLISON BRANDÃO SANTOS

Promotor de Justiça